

DATAS COMEMORATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DA IMPRENSA: LUTAS DE REPRESENTAÇÕES ENTRE A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E A DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO/RS

*Alessander Kerber**
*Claudia Schemes***
*Paula Puhl****

Resumo

No presente artigo, propomos analisar as lutas de representações presentes no discurso que relaciona a identidade da cidade de Novo Hamburgo/RS com a identidade nacional brasileira, no período de 1927, que marca a emancipação do município, até o final do primeiro governo Vargas. Entendemos que esse período é de relevância para estudo, na medida em que é marcado pela emergência de uma nova versão acerca da identidade nacional brasileira, que contrastava com as representações germânicas da cidade de Novo Hamburgo. Para tanto, utilizamos o jornal *O 5 de Abril*, único importante periódico na cidade durante esse período, observando o discurso presente nas datas comemorativas do 7 de setembro, tida como representação nacional, e do 5 de abril, data da emancipação municipal e tida como representação dessa cidade, acerca da relação entre a cidade e a nação.

Palavras-chave

cidade; identidade nacional; datas comemorativas.

Abstract

In this article, we aim to analyze the representations present in the speech that relates the identity of the city of Novo Hamburgo/RS with the national Brazilian identity, in the year of 1927, which is the year of emancipation of the city, until the end of Vargas' first government. We understand that this period is relevant for a study as it is clear the emerging of a new version in relation to the national identity, which contrasted with the German representations in the city of Novo Hamburgo. To do so, we studied the periodic "O 5 de Abril", the only important periodic during this period, observing the speech in commemorative dates such as 7th of September – national commemorative date - and 5th of April, date of emancipation of Novo Hamburgo and date related to the representation of this city in relation to the country.

Keywords

city; national identity; commemorative dates.

Identidades nacionais, regionais e das cidades são produzidas em relação a um espaço geográfico e estão ligadas à organização do espaço público e político.¹ Uma identidade expressa-se, justamente, através de representações que definem a idéia e o sentimento de pertencimento a um grupo. Assim, ela é, ao mesmo tempo, sentimento e idéia, é sentida e pensada enquanto formulação de uma imagem de si mesmo, ou seja, como auto-representação.² Essa consciência de si através de representações impõe limites sobre os quais os indivíduos realizam suas práticas sociais. Esses limites se dão em torno das fronteiras entre um grupo e outro. Uma identidade forma-se, assim, além da percepção das representações comuns, entre o grupo, através da percepção da diferença, em relação ao outro grupo, ou seja, em uma relação de alteridade.

Como propõe Hall,³ há uma diversidade de identidades que se sobrepõe, se relacionam, conflituam e se transformam constantemente em um mesmo grupo social. No caso deste artigo, propomos analisar a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo/RS, nos primeiros anos após sua emancipação, em 1927. Para tanto, enfocamos o principal meio de comunicação existente na cidade na época – o jornal *O 5 de Abril*⁴ que também se apresentava como representante da identidade da mesma.

Mais especificamente, enfocamos o discurso presente nesse periódico, construído acerca da relação entre a identidade do município e a nacional, nas edições próximas ao 7 de setembro, entendido como data comemorativa da nação.

Realizamos a leitura do jornal desde sua fundação, que ocorreu junto à do município, em 1927, até o final do primeiro governo Vargas, observando os discursos presentes no mesmo acerca da identidade nacional brasileira e sua relação com a identidade da cidade. Percebemos que o jornal apresentava interessantes relações entre as representações da cidade de Novo Hamburgo e nacional, influenciadas especialmente pelas lutas de representações entre uma cidade que se afirmava como descendente de imigrantes alemães num período de emergência da nacionalização. Especificamente, nas edições do jornal das semanas em que se comemorava o 7 de setembro, estabelece-se um discurso que pretende estabelecer a relação entre a identidade da cidade e a identidade nacional brasileira.

Novo Hamburgo, como qualquer cidade, como materialidade erigida pelo homem, também é sociabilidade e ainda sensibilidade. Como afirma Pesavento, é construção de um *ethos* que implica a atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam, é percepção de emoções e sentimentos, expressão de utopias, desejos e medos, assim como é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que realizam na e por causa da cidade.⁵

Nesse sentido, a construção material e as divisões espaciais da cidade são, também, representações de construções imaginárias e divisões entre identidades. Cada cidade expressa, de variadas formas, uma identidade. Porém, sendo a cidade, por excelência, o espaço da diversidade, em uma cidade existem várias identidades que se distinguem através de símbolos que definem o espaço de cada uma. Assim, nas diversas cidades, coloca-se esse dilema entre unidade e diversidade.

No processo de inclusão e exclusão existente na seleção dos símbolos que representam a identidade de uma cidade, percebe-se que existe a manifestação de relações de poder. No caso de enfoque deste trabalho, temos um produto midiático influenciando na construção de uma identidade. Sendo o primeiro e, inicialmente, único jornal de Novo Hamburgo, o *O 5 de Abril* detinha poder simbólico a partir do qual influenciou essa construção identitária. Tal poder é entendido como

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.⁶

A definição da fronteira entre uma nação e outra, entre uma região e outra ou, no caso deste trabalho, entre uma cidade e outra, ao se estabelecer, produz a existência daquilo que enuncia. Nesse sentido, após legitimado um discurso que estabelece a divisão, o aparelho político passa a ter, também, legitimidade para utilizar-se de violência física e simbólica para a manutenção deste discurso. Assim:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias ‘étnicas’ ou ‘regionais’, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*.⁷

De qualquer forma, há, ainda segundo Bourdieu, a necessidade da autoridade para o estabelecimento da legitimidade deste discurso:

A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula ‘eu autorizo-vos a partir’ só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar. Mas o efeito de conhecimento que o facto da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento

consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades.⁸

Uma estratégia utilizada pelo jornal *O 5 de Abril*, também presente na imprensa em geral, é a utilização de autoridades assinando as matérias, pois a presença de autores com capital simbólico para serem reconhecidos como autoridade também dá autoridade ao jornal. Dessa forma, o primeiro prefeito da cidade de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry, era uma das principais autoridades a assinar matérias.

O mesmo prefeito também foi o primeiro a escrever uma versão que se apresentava como uma história de Novo Hamburgo. Conforme ele, o surgimento de Novo Hamburgo está intimamente ligado ao projeto imperial brasileiro de ocupação da região meridional do país, com população europeia leal ao Imperador e à Coroa. Dentro desse processo, desembarcaram no Rio Grande do Sul, a partir de 1824, sucessivas levas de imigrantes de origem germânica, que foram se estabelecendo em várias regiões do estado.

Conforme Leopoldo Petry,⁹ é possível estabelecer a seguinte periodização para narrar a trajetória do município: o primeiro período iniciaria na época da fundação de Hamburger-Berg (povoado que originou a cidade) e iria até o início do tráfego ferroviário (1824-1876); o segundo teria início com o tráfego ferroviário e se estende ao começo da industrialização (1876-1900); o terceiro começa com a industrialização e se estende à emancipação (1900-1927); o quarto e último, inicia com a emancipação e continua até a data da elaboração de seu livro (1927-1959).

Perceba-se que Petry faz uma divisão focalizando essencialmente os aspectos econômicos (com exceção da emancipação, que seria um aspecto político). Nessa perspectiva, analisa o início do desenvolvimento de um centro comercial que futuramente comporia o município de Novo Hamburgo, ao redor do qual se estabelece um pequeno povoado. Marca a chegada da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Novo Hamburgo, o que vem a impulsionar mais ainda o desenvolvimento comercial da região. Marca o início do processo de desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista.

Até a década de 1970, a visão predominante na historiografia brasileira acerca do processo de industrialização apontava que o capitalismo industrial, no Brasil, não tinha conhecido as fases de artesanato e manufatura. Retomando autores como Sérgio Silva, Agnaldo de Sousa Barbosa aponta para essa historiografia, que se esforçava em comprovar que, no Brasil, a atividade fabril já nascera tendo na grande indústria seu principal sustentáculo. Ao focar o desenvolvimento da indústria calçadista em Franca (SP), po-

rém, Barbosa encontra a origem do empresariado do calçado em modestos empreendimentos iniciados por artesãos e pequenos comerciantes.¹⁰

A história da cidade de Novo Hamburgo, outro pólo que se desenvolveu principalmente em relação à indústria calçadista, ainda não foi devidamente analisada. Porém, o desenvolvimento da indústria na região também teve origem em pequenas fábricas com baixo capital de investimento.¹¹

Criado por um grupo que defendia o movimento emancipacionista, *O 5 de Abril* foi o primeiro jornal existente no território do município de Novo Hamburgo, em 1927. O nome foi escolhido em homenagem à data de emancipação do município – 5 de abril de 1927. Intitulava-se no cabeçalho da página principal como “semanário de interesses gerais” e sem ligações partidárias ou religiosas. Na sua fundação, teve como diretor Leopoldo Petry e como gerente Edgar Behrend (filho de Hans Behrend, dono da Tipografia onde era impresso o semanário). Werner Behrend (outro filho de Hans) mais tarde assumiria, durante um período de 30 anos, a gerência do jornal. O jornal saía às sextas-feiras e era impresso na Typographia Behrend; inicialmente, era editado em quatro páginas, sendo que as duas últimas geralmente eram ocupadas com publicidade. Na primeira página do *O 5 de Abril* aparecia a principal notícia, que era geralmente transcrita de jornais da capital, como o *Correio do Povo* e o *Federação*.¹²

O jornal *O 5 de Abril* pretendia assumir uma vinculação direta com a identidade da cidade de Novo Hamburgo (elemento já perceptível no nome do mesmo, que remete à data de emancipação da cidade: 5 de abril de 1927). Assim, em seu exemplar de lançamento, na página 2 do *O 5 de Abril* aparece a matéria intitulada “O nosso jornal”. A expressão “nosso” já remete diretamente à construção da identidade, ou seja, a definição do que pertence a nós e, conseqüentemente, aos outros (à alteridade). Nessa perspectiva, o jornal atuou construindo uma versão identitária sobre a cidade, estabelecendo seus símbolos, “inventando tradições”¹³ que a justificassem.

Os textos presentes nos meios de comunicação de massa, a partir da articulação com a sociedade, reconfiguram o espaço social. Esse processo ocorre quando as questões das identidades culturais podem ser percebidas através dos discursos jornalísticos, a partir, por exemplo, dos jornais impressos. Esse movimento pode ser visualizado nas páginas do jornal *O 5 de abril*, que, no caso do município de Novo Hamburgo, foi o primeiro meio de comunicação de massa voltado para a população local.

O nascimento e a permanência de um veículo de comunicação que busca atingir um elevado número da população acaba por destacar ou ainda agenciar determinados assuntos que geralmente influenciam a opinião pública. McCombs e Shaw, citados por Traquina,¹⁴ advertem que a capacidade das mídias em influenciar a projeção dos aconte-

cimentos na opinião pública confirma o seu papel na figuração da nossa realidade, isto é, “de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media”.

Traquina utiliza o argumento de Lippmann, de que os meios de comunicação são a principal ligação entre os acontecimentos e sua imagem em nossas mentes. Nesse sentido, complementa que, na maioria das vezes, a imprensa não consegue dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. Assim, temos o limite entre o poder da mídia e o seu papel nas relações sociais.

Seguindo esse pensamento verificamos que o jornal *O 5 de abril* conseguiu se firmar como mediador entre as idéias de um grupo emancipacionistas e grande parte da população alfabetizada do município, devido tanto a sua hegemonia, quanto pela escolha dos seus redatores. Os colaboradores eram representantes do governo e da comunidade. Os assuntos abordados tratavam de avisos para a comunidade, colunas opinativas e anúncios do comércio local que começara a crescer junto com a cidade, ou seja, todos tinham um motivo para ler o “Cinquinho”, nome carinhoso dado ao semanário pela comunidade.

Para comunicar a informação em uma mídia é utilizado o chamado discurso jornalístico, pois é ele e suas características que legitimam um fato, considerando, é claro, o seu meio de divulgação e a abrangência do mesmo. Ao nos referirmos à notícia, que é traduzida pelo discurso/texto jornalístico, somos remetidos à pressuposição de um real, o real dos fatos, como se os fatos por ele expostos narrassem vontade e valores de uma comunidade, sem a intervenção do emissor. Cabe ao chamado discurso jornalístico divulgar essas realidades, de forma objetiva. Segundo Mayra Gomes,¹⁵ o texto jornalístico caracteriza-se por um “discurso realista que ignora sua própria inserção e possibilidade no simbólico e tem a referencialidade, o efeito de real, como eixo de construção”.¹⁶

Gomes¹⁷ destaca que o discurso jornalístico insinua-se como um discurso pedagógico que, em sua definição, seria um discurso neutro que transmite informação, ou seja, sua característica seria a ausência de problemas de enunciação: não teria sujeito na medida em que qualquer um poderia ser seu sujeito e onde existiria uma distância máxima entre emissor e receptor não haveria tensão.

No entanto, a prática é outra. A função testemunhal pela qual o jornalismo se põe interfere no espaço social, organizando esse espaço, atribuindo valores e criando sentidos, e discursos sobre discursos. Para Gomes,¹⁸ “é caracterizando-se como testemunhal que o discurso jornalístico será coadjuvante na construção da realidade e participa da construção das identidades e das relações de poder entre elas”.

Pensar o discurso jornalístico como testemunha de uma época promove o apagamento da sua relação com o interlocutor, e é assim que “o resultado do dizer se torna incontestável, pois não supõe uma réplica, mas a mera absorção”, salienta Gomes.¹⁹ Essa constatação faz com que vejamos o discurso dos jornais “como um discurso autoritário, logo, sem nenhuma neutralidade”.²⁰

A função testemunhal do discurso jornalístico mantém uma relação de alteridade com outra questão: a da legitimação. Gomes explica essa relação com a seguinte inferência,

[...] por causa dessa não-causação (na origem de um sem sentido), fomos levados à necessidade de que todo o testemunho padece remetendo-se a um outro testemunho, de todo texto justificar-se por meio de outro e da reprodução discursiva como tentativa de costura da proliferação.²¹

A autora continua a idéia ao destacar que toda a legitimidade se reduz aos processos de legitimação que estão ancorados nos processos discursivos. Para clarificar esse pensamento, ela recorre aos trabalhos de Foucault e Lyotard e verifica que “existe uma impossibilidade de Verdade”.²² Sendo assim, a função referencial do jornalismo é a de dar o aval de que o seu testemunho é verdadeiro, ou seja, ser argumento pró-consenso.

Dessa forma, esse artigo atém-se aos discursos jornalísticos referentes às datas comemorativas e aos feriados, considerados elementos fundamentais na construção de diversas identidades. As identidades nacionais, regionais e das cidades estão entre as principais que têm, em datas comemorativas, signos identitários. Lúcia Lippi Oliveira analisa, no artigo “As festas que a República manda guardar”,²³ a definição dos feriados nacionais na Primeira República e sua relação com a construção da identidade nacional brasileira. Assim, as datas de 22 de abril,²⁴ 7 de setembro e 15 de novembro, apresentavam-se, segundo Lippi Oliveira, como elementos fundamentais na construção de um imaginário sobre a história do Brasil. Nesse sentido, nos meios de comunicação de massas, estabelecem-se discursos sobre determinadas datas comemorativas no intuito de afirmar as identidades que elas representam.

Segundo Guy Debord,²⁵ toda a vida nas sociedades em que reinam as condições modernas de produção anuncia-se como uma imensa acumulação de espetáculos, nos quais tudo que era diretamente vivido afastou-se numa representação. Nesse sentido, as datas cívicas festejadas no município são os verdadeiros “espetáculos” onde o culto aos símbolos e heróis locais e regionais transmite aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a preservação das identidades, e a imprensa ocupa papel fundamental neste processo.

As comemorações das datas cívicas são momentos de reafirmação de identidades ligadas ao espaço geográfico, pois desenvolvem uma sensibilidade coletiva que afeta a vida dos cidadãos.

Em Novo Hamburgo, a data de 5 de abril, desde cedo, foi definida como data comemorativa da identidade da cidade e feriado municipal. Porém, sendo que as identidades, nacional e da cidade, se sobrepunham sobre as mesmas pessoas, fazia-se necessária a articulação entre as mesmas no imaginário social. Dessa forma *O 5 de Abril* apresentava, nas datas comemorativas nacionais e da cidade, matérias estabelecendo essa relação.

Logo após a emancipação, no dia 13 de maio de 1927, *O 5 de Abril* fala sobre “as três datas comemorativas da cidade”:

Três são as datas de que todos os filhos desta terra se lembram com orgulho e saudade...: [centenário da Independência Nacional] ... quando o povo unido, em festejos que causaram admiração até dos nossos adversários...; [centenário da imigração alemã] ... quando milhares de forasteiros constataram, cheios de admiração, o extraordinário progresso de nossas indústrias...; [emancipação política municipal] ... o povo exultou de júbilo e contentamento quando viu coroado de êxito os esforços que durante mais de trinta anos empregara para conseguir a sua emancipação política ... E a lição que disso tiramos? ... o caminho para a felicidade só pode ser trilhado por um povo unido.

Perceba-se que, nessa matéria, o jornal apresenta datas referentes a duas outras identidades construídas anteriormente à da cidade: as identidades nacional brasileira e alemã. O objetivo da matéria parece ser o de afirmar a identidade da cidade em união com as outras duas, quase como se elas se sobrepusessem sem conflitos. Perceba-se que o momento da publicação dessa matéria é anterior à reconstrução da identidade nacional ocorrida nos anos 1930 e, especialmente, sem haver uma censura do Estado Nacional sobre a imprensa das diversas localidades do país como a que ocorreu durante o Estado Novo.

A questão do trabalho é lembrada em várias matérias do *O 5 de Abril*, sendo que este passa a ser um dos símbolos mais caros à identidade da cidade recém-emancipada. Contudo, *O 5 de Abril* poucas vezes refere-se aos trabalhadores, fazendo referências à sua organização e a sindicatos. Na maioria das vezes, eles são citados quando os imigrantes alemães e seus descendentes são homenageados como os responsáveis pelo progresso da região. No discurso proposto pelo jornal, os trabalhadores alemães eram “concentrados no trabalho”, possuíam “espírito ordeiro” e deixaram seus “continuadores”.

Essa associação entre “alemão” e “trabalhador” fez parte da própria versão identitária proposta para sua nação pelo Estado Alemão e presente no germanismo.²⁶ Importante, também, ressaltar que antes dos anos 1930 não parece ter sido considerado importante problema, pelo Estado brasileiro, a afirmação da “germanidade” de descendentes de imigrantes alemães, desde que também se afirmassem como brasileiros. Essa questão é fortemente influenciada pela percepção predominante das elites brasileiras, até a década de 30, de que os elementos étnicos não brancos eram os principais entraves para o desenvolvimento do Brasil. Como afirma Renato Ortiz:

As considerações de Silvio Romero sobre o português, de Euclides da Cunha sobre a origem bandeirante do nordestino, os escritos de Nina Rodrigues, refletem todos a ideologia da supremacia racial do mundo branco [...] Associa-se, desta forma, a questão racial ao quadro mais abrangente do progresso da humanidade. Dentro desta perspectiva, o negro e o índio se apresentam como entraves ao processo civilizatório.²⁷

A década de 30 assistiu ao início da produção de um jovem intelectual que se projetou como um marco no pensamento brasileiro: Gilberto Freyre.²⁸ Como fala Ortiz:

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas a operação que Casa Grande e Senzala realiza vai mais além. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada.²⁹

O que nos interessa na obra de Freyre é a influência de seu pensamento nas representações do imaginário da sociedade brasileira. Segundo Carlos Fico,³⁰ este foi o período de “gilbertização” do país, ou seja, da absorção dos cânones explicativos da sociedade brasileira através da obra *Casa Grande e Senzala*, que promoveu uma ressignificação dos negros e dos mestiços na cultura nacional. A partir da obra de Gilberto Freyre, a mistura de raças como formadora da identidade nacional ganhou ampla aceitação, a noção de que o Brasil tinha se formado pela mistura das três raças (o branco, o índio e o negro) difundiu-se socialmente e tornou-se senso comum.

A obra de Gilberto Freyre ia perfeitamente ao encontro da proposta da política de Vargas, assimilando harmoniosamente diversos grupos étnicos à nacionalidade, idealizando uma sociedade sem conflitos e, com certeza, esse é um dos motivos de seu pensamento ter se projetado tanto. Como afirma Hermano Vianna:

O governo pós-Revolução de 30 tornou semi-oficial a política de miscigenação, valorizando inclusive os símbolos nacionais mestiços como o samba [...] As medidas de repressão foram inclusive legais [...] limitando as cotas de imigração [como forma de valorizar o trabalho dos mestiços brasileiros em detrimento dos brancos europeus] e estabelecendo que nenhum estabelecimento de trabalho poderia ter mais do que um terço de empregados estrangeiros.³¹

Essa versão sobre a identidade nacional brasileira emergente durante os anos 1930, contudo, excluía os descendentes de imigrantes alemães no sul do país. A política estabelecida durante essa época também fortalecia essa exclusão. Eliana Freitas Dutra, em *O ardid totalitário*,³² que focaliza especialmente o período entre 1935 e 1937, fundamentando-se em teóricos da psicologia, explica que, neste momento, o imaginário social recorreu ao Estado, identificado com a nação, a pátria-mãe, como um salvador que poderia proteger a

sociedade dos males que a atormentavam. Nesse sentido, a nação veio a ser uma resposta às angústias de uma população em crise. Também, Maria Helena Capelato, no livro *Mul-tidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, afirma que:

O varguismo e o peronismo surgiram em momentos de crise nas respectivas sociedades, o contexto de insegurança e instabilidade explica a aceleração dos sentimentos e sua transformação em paixão. O apelo a valores comuns e, através deles, à emergência simbólica de um nós, proclamação agressiva de uma identidade a se afirmar e legitimar, implicavam trabalho complexo de construção da identidade e identificação do outro. Este processo levou ao extremo das emoções.³³

No contexto dos anos 30, temos que prestar especial atenção na atuação do Estado para definições sobre o nacional. Isso ocorre porque a crise mundial também foi responsável pela emergência de regimes autoritários em todo o mundo. O nacionalismo que se configurou a partir dos anos 30 não é mais o liberal, mas o do tipo autoritário, centrado no Estado, o qual teve grande poder para autorizar ou censurar seus símbolos.

Capelato³⁴ analisa a influência das idéias fascistas nos regimes de Vargas e Perón, concluindo que eles não podem ser classificados como fascistas, apesar de sofrerem grande influência destes. As idéias fascistas circularam pela América Latina entre as décadas de 30 e 40, influenciando, especialmente, em dois aspectos: no desenvolvimento do nacionalismo e na emergência do Estado autoritário que atuou mais sobre a cultura nacional.

O ano de 1937 marcou, no Brasil, a institucionalização desse modelo de Estado. Contudo, desde os anos 20, especialmente em movimentos como o tenentismo, podemos perceber a presença dessas idéias nacionalistas e autoritárias. A Grande Depressão internacional que marcou o início dos anos 30 só viria fortalecê-las. O ano de 1935, com todo o alarme feito em torno da Intentona Comunista, poderia ser indicado como mais um elemento fortalecedor desse pensamento nacionalista autoritário.

Na ocasião da visita de Flores da Cunha, que fora interventor do estado do Rio Grande do Sul com a Revolução de 1930 e eleito governador em 1935, à cidade de Novo Hamburgo, o jornal confirma essa idéia, dizendo que o município muito contribuiu para a economia do estado “embora a maioria da população seja descendente de uma raça estrangeira que demonstrou amor ao Rio Grande em nada inferior aos genuínos riograndenses [...]”, fala também das “belas qualidades de trabalho das famílias alemãs e dos seus descendentes”.³⁵ Perceba-se que se estabelece um discurso que distingue a “raça estrangeira”, referindo-se aos descendentes de alemães, dos “genuínos riograndenses”. Perceba-se, também, que esse discurso era apresentado pelo governante estadual nomeado pelo governo federal numa perspectiva de conciliação com a cidade de Novo Hamburgo. Isso se manifesta na afirmação de que, apesar de haver a distinção, há uma “demonstração de amor” por parte dos descendentes de alemães.

Não podemos esquecer, também, que, para o governo, era estratégico considerar o alemão ordeiro e pacífico, pois, caso contrário, ele poderia representar uma ameaça à ordem reinante.

A emergência dessa nova versão sobre a identidade nacional brasileira coincidiu com a emergência do nazismo na Alemanha, quando o país se apresentou novamente como uma ameaça internacional. As idéias fascistas encontraram ressonância também na América Latina, em especial no Brasil, fazendo com que se tornassem também uma questão política importante. Nesse período, os descendentes de alemães foram frequentemente confundidos com e rotulados como nazistas. Houve, efetivamente, uma simpatia às idéias fascistas nas regiões de imigração alemã, que se manifestaram, em grande medida, no crescimento do integralismo, nessa região.

É provável que a emergência da Alemanha como uma potência, a partir de uma perspectiva política nazi-fascista, tenha sido o principal elemento motivador nessa aproximação de alguns descendentes de alemães com o integralismo,³⁶ movimento com inspiração no ideário fascista. Contudo, apesar dessa participação ter sido de apenas parte da comunidade alemã, houve, no imaginário social, uma identificação genérica entre a identidade étnica e tais idéias de caráter político.

Em Novo Hamburgo, uma parcela da população participou da Ação Integralista Brasileira, demonstrando proximidade às propostas políticas do Estado alemão. Até 1937, a AIB fazia parte de sua divulgação através do *O 5 de Abril*, em notas como a seguinte:

A Secretaria do Núcleo Municipal da A. I. B. nos forneceu a seguinte nota:

Sessão semanal – Teve lugar, segunda-feira última, na sede municipal, uma concorrida [ilegível na fotografia, poucas palavras] de doutrina e propaganda integralista, falando o Chefe Municipal Dr. W. Metzler e o comp. Alfredo Marotzky que, aproveitando a data do aniversário da criação do município de Novo Hamburgo, fez uma demorada explanação da origem do ‘município’ e como o encara o Estado Integral referindo-se ao manifesto de [ilegível na fotografia, três linhas] no regime integralista.

Foi encerrada, a seguir, a sessão com o canto da primeira estrofe do Hino Nacional e do juramento de fidelidade ao Chefe Nacional. [...] Anauê! Pelo Bem do Brasil.³⁷

A emergência da Alemanha através do fascismo teve conseqüências fortes, também no Sínodo Rio-grandense. Conforme Dreher

O entusiasmo com o qual se saudou, no Sínodo, em 1933, o reerguimento nacional da Alemanha tem que ser visto no contexto de acontecimentos do passado. [...] Quão pouco na realidade se compreendia o que realmente ocorria na Alemanha demonstram as expressões do Pastor Dohms. Dohms via na ascensão de Hitler ao poder “uma reviravolta de proporções extraordinárias”, o “ressurgimento do povo” [...]. Dohms, no entanto, desconhecia as intenções de Hitler, [...] Em tudo o que acontecia na Alemanha,

após 30 de janeiro de 1933, Dohms parece ter visto o ‘Volksgedanke’. Cria ele que o conceito de Estado estivesse subordinado ao conceito de povo e que não estaria acontecendo o inverso.³⁸

No entanto, a adesão às idéias fascistas e ao integralismo na região de imigração alemã, durante o decorrer da década de 1930, cresceu somente até a ocorrência de dois fatos: o rompimento do Estado Novo com a Ação Integralista Brasileira, em 1938, e o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. A partir de então, iniciou-se uma repressão por parte do Estado brasileiro em relação aos suspeitos de se ligarem ao integralismo. Por fim, em 1942, com a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha, a repressão tornou-se muito mais forte e os descendentes de alemães passaram a ser considerados suspeitos.

Essa questão “germanidade” *versus* nacionalismo perpassou muitos dos discursos oficiais do período. Havia a necessidade e o interesse, em Novo Hamburgo, de se afirmar uma identidade nacional brasileira, mas os laços que uniam os descendentes de alemães à sua antiga pátria eram muito fortes e tinham que ser habilmente tratados.

Foi pouco antes da comemoração do primeiro aniversário da emancipação de Novo Hamburgo que a prefeitura estabelece a data de 5 de abril como feriado municipal. *O 5 de Abril* de 16 de março de 1928 apresenta o Decreto em sua edição, afirmando que

[...] considerando que a criação do município de Novo Hamburgo foi de suma importância para o seu progresso econômico e social, e de incalculáveis conseqüências para o seu desenvolvimento futuro, considero que esse ato constitui uma velha e justa aspiração dos nossos antepassados, cuja memória devemos cultivar, e o resultado dos esforços congregados de toda a população do antigo 2º distrito de São Leopoldo.³⁹

Outras datas comemorativas conhecidas internacionalmente são utilizadas, no *O 5 de Abril*, como elemento de construção da identidade da cidade. Por exemplo, logo após a emancipação, no dia primeiro de julho de 1927, em sua primeira página, o jornal apresenta matéria intitulada “Considerações oportunas” e afirma:

A cultura de um povo verifica-se, geralmente, pelo seu grau de compreensão, de adiantamento em tudo que interessa à vida humana; pelos ideais que acarinha e defende e, também, pelas conquistas já levadas a efeito.

[...] Para demonstrarmos as asserções que vimos de fazer, somente quanto às vantagens das ações daqueles que idealizam, lutam e conquistam, basta referirmos alguns fatos históricos, em que se patenteia o triunfo da mentalidade superior do povo.

A Independência dos Estados Unidos, a tomada da Bastilha e conseqüente proclamação da república na França, a nossa Independência e a Proclamação da República brasileira, são fatos que justificam plenamente aquelas asserções. [...] Eis, pois, alguns ideais que não teriam sido conquistados se não fora a cultura, a atividade e a compreensão, por parte do povo, do verdadeiro papel que cabe ao homem desempenhar na existência das sociedades.

Por isso é que também o povo de Novo Hamburgo, cioso de seus direitos, com uma compreensão verdadeira do papel que lhe cabia desempenhar na comunhão social e política; conhecendo seu valor intelectual, industrial e comercial, e até mesmo artístico, procurou conquistar a liberdade com que já há tanto sonhava, com essa liberdade, que no dizer de um sociólogo brasileiro, é o primeiro bem de um homem. Assim, pois, ainda aqueles que não viam com bons olhos a nossa emancipação, pensando bem, não dirão que lutando por ela o fizemos por egoísmo; não! Dirão certamente que o fizemos por puro sentimento de patriotismo e obedecendo ao evoluir natural dos homens que vivem em sociedade, como se tem observado em todos os tempos e com quase todos os povos!⁴⁰

Perceba-se que o jornal faz uma comparação desproporcional entre a cidade de Novo Hamburgo e outras nações. Esta comparação, contudo, parece ocorrer com o intuito de engrandecer a cidade. Uma cidade pequena na época, com pouco mais de 20 mil habitantes, apesar de ser significativamente importante do ponto de vista econômico em função de sua emergente indústria calçadista, além de estar próxima à capital Porto Alegre, não é comparada com outras cidades, mas com nações. O pequeno tamanho de Novo Hamburgo parece ser compensado, simbolicamente, pela comparação com nações.

As comemorações representavam um instrumento importante na simbolização da idéia do novo. Baczko afirma que a utopia da festa se configura no século XVIII, com as idéias iluministas e a prática das festas revolucionárias. Segundo o autor,

[...] a idéia-imagem da festa ideal resulta num tipo de tela sobre a qual se projetam os sonhos e os modelos de uma outra sociedade. Com a instauração das festas revolucionárias, as relações da festa com as idéias e imagens utópicas tornam-se ainda mais estreitas e todo um jogo de interação se instala entre o imaginário e o real. [...] as aspirações utópicas latentes encontram nas linguagens simbólicas da festa modos de expressão apropriados.⁴¹

Outra autora que analisa as comemorações como momentos de mudança é Ozouf, que afirma que a festa é um momento de abertura para o passado e para o futuro, pois traz consigo a memória do passado e o prognóstico do futuro. Ela sugere uma identidade entre festa e revolução, pois a segunda necessita da primeira para perpetuar seus princípios. Para a autora,

[...] o tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo: a alegria esfuziante das festas diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo.⁴²

O “novo tempo” representado pelas comemorações na cidade de Novo Hamburgo nos anos pós-emancipação significavam uma ruptura com um passado arcaico e atrasado e traziam embutida a ideologia do progresso. O passado parecia estar sendo resgatado

através de seus heróis e feitos notáveis, e o futuro representava a superação do atraso, de tudo que significativa um obstáculo ao progresso.

Os dirigentes da cidade promoveram a primeira exposição em 1908, para apresentar e vender produtos e máquinas agrícolas; a segunda, em 1924, em homenagem aos cem anos da imigração alemã, na qual foi mostrado aquilo que se produzia na região; e, a terceira, em 1929, em homenagem a Getúlio Vargas, com as mesmas características e objetivos da feira anterior.⁴³

A participação em exposições e feiras, entretanto, remonta há muitos anos, pois desde os anos 20 do século passado o poder público e os industriais e comerciantes da cidade, ainda não emancipada, já pensavam em uma forma de divulgar a produção local. Esses eventos eram fundamentais para firmar a imagem de instituições sólidas e afinadas com o progresso em nível popular; ao mesmo tempo, os governantes e empresários locais viam nessas exposições uma forma de se perpetuarem no poder mostrando as potencialidades do município.

A partir do Estado Novo, especialmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, percebe-se uma mudança drástica no *O 5 de Abril*. Em relação aos meios de comunicação, ao artigo 122 da Constituição de 1937 considerava a imprensa um serviço de utilidade pública e determinava que os periódicos não poderiam se recusar a inserir comunicados do governo. Como comentam Martins e Luca:

Uma das primeiras medidas do órgão foi proibir todas as transmissões radiofônicas e a impressão de jornais e revistas em língua estrangeira. [...] As medidas constituíram-se num duro golpe para a imprensa organizada por imigrantes e seus descendentes, e atingiu particularmente as regiões Sul e Sudeste do país, que havia recebido contingente considerável de mão-de-obra européia.⁴⁴

Percebe-se esse processo de censura claramente no *O 5 de Abril* através de três elementos: a eliminação da língua alemã no mesmo (até 1937 havia matérias inteiras nesta língua); a mudança no discurso à identificação de Novo Hamburgo com representações alemãs; a emergência cada vez mais freqüente de matérias que exaltavam a identidade nacional brasileiras. Estas últimas podem ser divididas em dois grupos: as matérias oficiais, enviadas pelo governo federal e que os jornais eram obrigados a publicar; as matérias escritas por integrantes da cidade de Novo Hamburgo, especialmente por políticos, numa clara perspectiva de afirmarem-se dentro do regime instaurado.

Por exemplo, na edição de 4 de abril de 1941, na matéria de capa “Recordando a Emancipação”, assinada por Leopoldo Petry, é possível ler em seu subtítulo:

É antigo o espírito de brasilidade de Novo Hamburgo – Os dirigentes de São Leopoldo atribuíram a este município sentimentos não brasileiros, não devendo assim emancipar-

se [...] Relembremos ufanos esse fato 14 anos antes de ter o brilhante historiador Capitão Paranhos Antunes afirmado ser Novo Hamburgo FORTE REDUTO DE BRASILI-DADE [maiúsculas como na edição].⁴⁵

Segue Petry, informando sobre “memorial com 827 assinaturas pedindo a emancipação desta zona” entregue em comissão ao Conselho Municipal de São Leopoldo em 1925.

Por isso, certo de que esse conspícuo Conselho, inspirado pelo mais puro patriotismo e tendo em vista unicamente o bem o bem do povo [...] tendo como ideal o mais elevado amor ao nosso querido Rio Grande do Sul, à nossa amada Pátria Brasileira, procurará facilitar uma medida de que tão grandes vantagens advirão ao público,

Na continuação da matéria, à página 4 do mesmo número, Petry continua

Eu aqui não quero traçar um paralelo entre o nosso patriotismo e o da cidade vizinha [São Leopoldo], mas não posso deixar de levantar o meu protesto contra essa ofensa que nos foi atirada. Nós não somos brasileiros?

Mas não são brasileiros esses nossos industrialistas e comerciantes, que com atividade incansável trabalham nos seus estabelecimentos, [...] para a independência econômica da nossa Pátria, sem falar nas grandes contribuições que entregam aos cofres públicos?! [...] Não são patriotas os nossos operários, moços e velhos, que desde manhã cedo até ao escurecer mourejam nas fábricas [...]

Naturalmente, quando falo em patriotismo, me refiro àquele patriotismo são, que trabalha, que produz, que vê o supremo ideal do homem, no cumprimento estrito do dever – aquele patriotismo que o Brasil precisa para tornar-se próspero, feliz e independente do estrangeiro [...] daquele patriotismo que o Brasil precisa para conseguir no concerto das nações a posição a que por sua natureza tem direito.

Este patriotismo é o que se cultiva em Novo Hamburgo, onde tudo trabalha, tudo produz, e onde os parasitas da humanidade, felizmente, não encontram ramo onde pousar. [...]⁴⁶

O jornal anunciava, nos números próximos a 7 de setembro, as diversas comemorações da Semana da Pátria. Percebe-se que, nessa programação, havia informações sobre o que aconteceria em absolutamente todas as escolas e clubes da cidade. É provável que a veiculação de programação cívica nacional era elemento importante politicamente para essas instituições, na medida em que houve um controle rigoroso nesses espaços, tendo sido vários integrantes e administradores de clubes afastados, como também ocorreu com professores das escolas que ensinavam em língua alemã ou que se declaravam contrários às políticas implantadas pelo Estado Novo.⁴⁷

Há, também, uma série de expressões utilizadas nas matérias que exaltam, de forma ufanista, a pátria. Por exemplo, o jornal de primeiro de setembro de 1944 “convida a patriótica população de Novo Hamburgo a se associar, com todo o seu ardor cívico,

às festividades programadas”. Na mesma matéria, continuava: “Novo Hamburgo, como, aliás, costuma fazer todos os anos, vai festejar com um programa excepcional A Semana da Pátria”.⁴⁸

Na edição seguinte do jornal, afirmava que “mais uma vez, vêm demonstrar, cabal e inequivocamente, que o civismo em Novo Hamburgo é uma realidade”.⁴⁹

Em relação às escolas, tanto as católicas quanto as luteranas,⁵⁰ parecia haver uma competição na perspectiva de exaltação da pátria. A Escola Normal Santa Catarina noticiava que,

Como nos anos anteriores, este estabelecimento de ensino vem realizando com vivo entusiasmo as comemorações da Semana da Pátria [...] dia 24 de agosto teve início o programa das solenidades com a recepção das alunas da Escola Santa Teresa de Bom Princípio, que vieram em visita de intercâmbio cultural e regressaram com a mais grata impressão.[...] [a programação previa] A Caminho da Vitória § dramatização em 9 cenas § a) Partida das Samaritanas, b) Em defesa da Liberdade, c) Saída do Corpo de Expedicionários, d) Nossos marujos em águas longínquas, e) Recordando a Pátria distante, f) Trabalho silencioso da 2ª frente, g) Supremo holocausto pela Pátria, h) Visão da Vitória, i) Os troféus gloriosos aos pés da Virgem Aparecida.⁵¹

A Fundação Evangélica anunciava na mesma página,

[...] mais uma de suas apreciadas ‘Horas de Arte’, com que homenageará a Semana da Pátria [...] o grande coro de quase 100 alunos que entoará a quatro vozes (arranjo especial do professor de música M. Maschles), diversas canções brasileiras, sendo a primeira de autoria do maestro Villa-Lobos, com versos do atual Ministro de Educação sr. Gustavo Capanema, intitulada ‘Nesta hora sombria do mundo’. O prof. Samuel Dietschi apresentará duas marchas de sua autoria, com orquestra e coro: ‘Avante’ e ‘Louvor ao Brasil’.”; “Uma cena regional contribuirá para vulgarizar entre nós as nossas tradições tão belas e evocativas. Terminará a noitada, que terá a duração de aproximadamente, uma homenagem à gloriosa Bandeira Nacional.”; “Antes da ‘Hora de Arte’, às 19,45 horas, o sr. Alberto Severo, digno edil desta comuna e grande propugnador pela higidez da raça, especialmente convidado para esse fim, inaugurará um moderno gabinete dentário no próprio estabelecimento.”⁵²

Esse ufanismo em relação à pátria manifestava-se de forma similar durante todo o período do Estado Novo. O ano de 1945 já é permeado de desafios à censura por vários jornais do país. Como afirmam Martins e Luca,

No final de 1944, a derrota do nazi-fascismo já se tornara clara, o que acelerava a desestabilização do governo. Vários jornais passaram a desafiar abertamente proibições, estampando entrevistas com personalidades do mundo político, que exigiam a volta das liberdades democráticas, tal como ocorreu nos diários cariocas O Globo e Correio da Manhã, e divulgando notícias vetadas e/ou não submetidas ao DIP, indício evidente de que a censura perdera sua eficácia. A pressão crescente pelo fim do regime de exceção

levou o governo a anistiar os presos políticos e extinguir o DIP, substituído pelo Departamento Nacional de Informação (DNI) [sem tantos poderes de censura e também extinto em 1946].⁵³

Contudo, esses desafios parecem não se expressar no *O 5 de Abril*, pois o discurso parece ser o mesmo de exaltação à pátria dos anos anteriores. Em matéria relacionada à derrota alemã na Segunda Guerra, o jornal afirmava em matéria sem autor identificado:

Novo Hamburgo comemorará com o seu nunca desmentido ardor cívico e com o maior brilhantismo até hoje demonstrado, a ‘Semana Máxima de nossa Pátria’; dia 31 de agosto – Trânsito do Fogo Simbólico, acendido em Monte Castelo, nas abruptas encostas dos Apeninos, onde jorrou copiosamente o heróico sangue brasileiro, numa demonstração imarcescível de abnegação, bravura e entusiasmo em prol das grandes causas da humanidade - apanágio da Brasileira Gente.⁵⁴

Na edição seguinte, o jornal descreve a programação da Semana da Pátria novamente ligando a cidade à nação.

A Semana da Pátria mais uma vez passará, mas há de ficar ainda uma vez mais a demonstração eloqüente de que Novo Hamburgo cultiva o civismo, que esta terra de trabalho e progresso sabe cumprir os seus deveres patrióticos, porque ela é um pedacinho desse grande todo que é o Brasil, gloriosa pátria de heróicos filhos.⁵⁵

Nesse sentido, percebemos que existia uma tensão entre a afirmação da identidade nacional brasileira e a identidade da cidade de Novo Hamburgo. Essa tensão, ocasionada especialmente pelas diferenças de representações acerca das duas, expressou-se nos discursos presentes no *O 5 de Abril*, especialmente nas datas comemorativas ligadas às duas identidades. Parece um paradoxo, porém, que essa tensão tenha diminuído, no jornal, no transcorrer da década de 1930, pois é exatamente esse o período em que emerge uma nova versão sobre a identidade nacional brasileira, representada através de vários símbolos ligados à miscigenação. Essa versão parece excluir mais ainda os brasileiros descendentes de imigrantes alemães. Contudo, ao observarmos o contexto político, principalmente no que se refere ao controle da imprensa exercido a partir do Estado Novo, poderíamos considerar que houve um silenciamento, no *O 5 de Abril*, acerca das lutas de representações existentes entre a identidade da cidade e a nacional brasileira.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Doutor UFRGS; professor e pesquisador do Centro Universitário FEEVALE. E-mail: alekerber@feevale.br

** Doutora em História (PUCRS); professora e pesquisadora do Centro Universitário FEEVALE.

*** Doutora em História (PUCRS); professora e pesquisadora do Centro Universitário FEEVALE.

¹ Como afirma Oliveira, existe uma relação íntima entre identidade nacional e política, pois “A idéia de nação faz parte do universo simbólico. Sua valorização via proporcionar sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território. Trata-se de um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 14.

² Como propõe Chartier, para a compreensão do real, há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo. Até o desconhecido é pensado a partir de símbolos já conhecidos. Uma realidade, assim, nunca é apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente, pelos grupos que dela se aproximam. E, é nessa atribuição de sentido que percebemos que as representações não são “ingênuas”. Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que as produzem. CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa, Difel, 1990, p. 17.

³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

⁴ A coleção do “O 5 de Abril” encontra-se disponível em dois arquivos: no Arquivo Municipal de Novo Hamburgo e na biblioteca do Centro Universitário FEEVALE.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia: UFU, junho/2002, v. 4, n. 4, p. 24.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 14.

⁷ *Ibid.*, p. 116.

⁸ *Ibid.*, p. 116-117.

⁹ PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*. Monografia. Porto Alegre, Edições A Nação, 1959, p. 6.

¹⁰ BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Uma burguesia de pés descalços: a trajetória do empresariado do calçado no interior paulista. *Histórica* - Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, n. 6. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 2005 (disponível em <http://historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao06/materia3/>, consulta em 23/04/2007) p. 1-2)

¹¹ KERBER, Alessander; PRODANOV, Cleber e SCHEMES, Claudia. O patrimônio material a e construção da identidade em Novo Hamburgo (RS): a fotografia e a cidade. *História Revista*. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, v. 2, 12/2. Goiânia, UFG, 2007, p. 194.

¹² Calcula-se que as primeiras tiragens alcançaram cerca de 200 a 300 exemplares por semana. Para a população de Novo Hamburgo recenseada, na época, em 8.500 habitantes, o número era significativo tendo em vista, especialmente, a expressiva parcela de hamburguenses moradores da zona rural e os habitantes que falavam apenas a língua alemã. Já para a época da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ou seja, o período final da década de 1930, fala-se na tiragem, por edição, de mil exemplares. BEHREND, Martin Herz. *O 5 de Abril*. Porto Alegre, Metrópole Ind. Gráfica, 2002, p. 43 e 60.

¹³ Adotamos as reflexões de Eric Hobsbawm, que define uma “tradição inventada” como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006, p. 9.

¹⁴ TRAQUINA, Nelson. *O Estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS, Unisinos, 2001. p. 14.

¹⁵ GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo, Hacker /Edusp, 2000, p. 42.

¹⁶ Sendo, esta pesquisa, interdisciplinar entre as áreas da história e da comunicação, percebemos que, em

ambas, existe a perspectiva da construção de um “efeito de real”, na perspectiva de legitimar o discurso e torná-lo, na imaginação do leitor, aquilo que pretende representar.

¹⁷ Op. cit., p. 42.

¹⁸ Op. cit., p. 37.

¹⁹ Op. cit., p. 65.

²⁰ ORLANDI, Eni. Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 1996, p. 29.

²¹ Op. cit., p. 45

²² Op. cit., p. 53.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989, pp. 172-189.

²⁴ A data da “Descoberta do Brasil” era feriado nacional na Primeira República.

²⁵ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa, Afrodite, 1972, p.11.

²⁶ Conforme Gertz, o germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*. É usada, às vezes, para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas, de uma maneira geral, entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. A palavra também pode aparecer significando as duas coisas ao mesmo tempo. É o caso do título da obra comemorativa do primeiro centenário da imigração alemã, *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul* (Cem anos de germanismo no...), publicada em 1924. GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1991, p. 32.

²⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 2001, pp. 16-17.

²⁸ O positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer foram teorias elaboradas na Europa em meados do século XIX, que apontavam para a evolução histórica e o progresso das civilizações, legitimando a superioridade da cultura branca europeia sobre os povos “primitivos”. Essas teorias europeias influenciaram enormemente as teorias raciais que predominaram entre as elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX. Também na Europa, ainda no final do século XIX, começaram a aparecer trabalhos de Franz Boas, em que a noção de raça cede lugar à de cultura. A obra de Boas teve grande influência sobre Gilberto Freyre.

²⁹ Op. cit., p. 41.

³⁰ FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 34.

³¹ VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1995, p. 73.

³² DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

³³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998, p. 243.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena. Fascismo: uma idéia que circou pela América Latina. *História em Debate*. Rio de Janeiro, ANPUH, 1991, pp. 51-63.

³⁵ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 3/5/1935, p. 1.

³⁶ O Integralismo tinha forte inspiração fascista. Conforme Helgio Trindade, o Integralismo teve o topo de suas estruturas administrativas ocupado especialmente por descendentes de luso-brasileiros, mas conseguiu um amplo apoio, nas bases, de descendentes de alemães. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Porto Alegre, UFRGS, 1974.

³⁷ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 9 abr. 1937, p. 2.

³⁸ DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo, Sinodal, 2003, pp. 114-115.

³⁹ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 16 de março de 1927, p. 3.

⁴⁰ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 de julho de 1927, p. 1.

⁴¹ BACZKO, Bronislaw. *Lumieres de L'utopie*. Paris, Payot, 1978, pp. 242-243. Tradução livre dos autores.

⁴² OZOUF, Mona. “A Festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 218.

⁴³ SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: Empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. Porto Alegre/RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre PUC/RS, 2006, p.177.

⁴⁴ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo, Editora Unesp, 2006, p. 65.

⁴⁵ *O 5 de Abril*. Novo Hamburgo, 4 abr., 1941, p. 1.

⁴⁶ *Id.*, p. 4.

⁴⁷ KERBER, Alessander. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo, Oikos, 2008.

⁴⁸ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 set. 1944, p. 1.

⁴⁹ *Ibid.*, 8 set. 1944, p. 1.

⁵⁰ A maior parte do sistema educacional do município da época era comunitário e confessional, vinculado às igrejas, católica e luterana.

⁵¹ *Ibid.*, 1 set. 1944, p. 8.

⁵² *Ibid.*, 1 set. 1944, p. 8.

⁵³ MARTINS e LUCA, *op. cit.*, pp. 71-72.

⁵⁴ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 31 ago. 1945, p. 3

⁵⁵ *Ibid.*, 7 set. 1945, p. 1.